

**MAZZUCATO, Mariana. *The value of everything: making and taking in the global economy.*
London: Allen Lane, 2018,**

Daniel de Mello Sanfelici*
Universidade Federal Fluminense

Muito ainda será escrito e discutido acerca das lições que se podem extrair da crise global de 2008, cujas repercussões se estenderam no tempo e no espaço em proporções poucas vezes vistas na história do capitalismo global a comparação imediata, sempre evocada, é com a crise de 1929. Passados dez anos desde o estopim da crise, muitas das disfunções da economia global ainda decorrem, em boa medida, daquele evento e de suas múltiplas reverberações: por toda parte, proliferam crises fiscais em decorrência do excesso de endividamento público; em muitos países, os patamares de emprego não foram recuperados e os novos empregos criados são de pior qualidade e remuneração em comparação com os que foram destruídos; no âmbito comercial, as tensões e conflitos entre os países se exacerbaram, com algumas nações tentando transferir os custos do desajuste para outras; por fim, a frustração social generalizada criou solo fértil para a ascensão de projetos políticos extremistas, que colocam em risco os fundamentos da democracia liberal.

Períodos históricos como o atual, marcados por profundos desarranjos sociais e políticos, são também caracterizados por férteis debates sobre como equacionar os problemas mais prementes evidenciados pela conjuntura. Não é fortuito, portanto, que as décadas de 1930 e 1940 também tenham sido décadas de considerável efervescência intelectual, quando pensadores como Keynes, Hayek, Polanyi, entre outros, discutiam caminhos para reformar as bases da economia

de mercado. A proliferação recente de publicações que provocaram debate como, por exemplo, o livro de Thomas Piketty atesta que uma agitação semelhante está ocorrendo na atualidade. Nesse contexto de debates com diagnósticos e caminhos possíveis para reformar a economia global, Mariana Mazzucato é sem dúvida uma referência incontornável. A economista da University College London notabilizou-se pelo livro "O estado empreendedor", publicado em 2014, no qual argumenta que algumas das principais inovações tecnológicas que hoje engrandecem empresas privadas como a Apple não teriam sido possíveis não fossem universidades e agências públicas de financiamento à pesquisa, que direcionaram recursos para ciência básica e aplicada. Seu novo livro, publicado em 2018 sob o título "The value of everything: making and taking in the global economy" [O valor de tudo: produção e extração na economia global], é uma continuação da discussão iniciada com o livro anterior.

Mazzucato tem um ponto de partida claro no livro, já expresso no subtítulo: seu objetivo é discutir (e, em alguma medida, discernir) o que cria valor para a economia e o que apenas consiste em extração indevida, ou *rent-seeking*, no jargão da economia. Esse ponto de partida é o que leva a autora a revisitar, nos capítulos 1 e 2, debates clássicos na economia - de Quesnay e Adam Smith a Keynes, passando por Marx - sobre o que produz valor na economia. Os principais pensadores da economia clássica empenharam-se em distinguir

o que chamavam de atividades produtivas daquelas designadas improdutivas, ou seja, aquelas que apenas se apropriam de riqueza já produzida. Como Mazzucato demonstra, a definição da fronteira entre o produtivo e o improdutivo variou conforme o ponto de vista teórico e o contexto histórico dos autores: François Quesnay, o representante mais notável da escola dos fisiocratas, entendia que apenas as atividades agrícolas criavam valor, uma visão que foi questionada, a partir de fins do século XVIII, pelos economistas clássicos (de Smith a Marx), que viam a indústria como fonte principal de produção de valor. O que importa, contudo, é ressaltar que todos esses pensadores construíram um arcabouço teórico que permitia pensar o valor como algo distinto dos preços de mercado.

Um ponto de inflexão veio com o surgimento da escola neoclássica, no final do século XIX. Essa escola de pensamento introduziu um novo conceito de valor baseado na noção de utilidade marginal e de preferência subjetiva, rejeitando, assim, a diferenciação entre valor e preço subjacente à distinção entre atividades produtivas (que criam valor) e atividades improdutivas (que possuem um preço, mas não criam valor). Para os marginalistas, todo preço de mercado sinaliza a produção de valor, de modo que a distinção da economia clássica entre atividades produtivas e improdutivas e, portanto, entre valor e preço, faria pouco sentido analítico. A principal implicação desse raciocínio foi impedir que se reconheça atividades de natureza extrativa, como, por exemplo, era o caso das rendas fundiárias e das atividades financeiras nas teorias clássicas de Ricardo e Marx. À exceção de casos em que há falhas de mercado geradoras de monopólios, a economia neoclássica entende que toda a atividade que capta um preço final há de ser produtiva, pois reflete o desejo dos consumidores de adquirir aquele produto.

Mazzucato mostra, no capítulo 3, que as implicações dessa inflexão teórica não ficaram restritas aos debates acadêmicos: à medida que, ao longo do século XX, se desenvolveram os sistemas de contas nacionais, que elevaram o PIB à condição de medida privilegiada da riqueza das nações, a concepção neoclássica de preço passou a influenciar a forma como a riqueza é contabilizada. Uma consequência importante das metodologias de contabilidade adotadas, baseadas na técnica do valor agregado (preço final menos custo dos bens intermediários), é que elas minimizam a contribuição do governo para o produto: uma vez que as atividades governamentais não são oferecidas a preço de mercado, mas muitas vezes distribuídas gratuitamente, elas aparecem como menos relevantes na medida do PIB, pois não agregariam tanto valor quanto atividades com fins lucrativos. Mazzucato enfatiza que a forma

como a riqueza é mensurada é uma construção social: não apenas resulta de escolhas entre metodologias alternativas, mas também afeta as decisões dos agentes ao moldar sua percepção sobre como a riqueza é produzida.

Os três capítulos centrais do livro (4 a 6) são de interesse especial para a Geografia Econômica, pois examinam como o predomínio da economia neoclássica e sua concepção restrita de valor impede-nos de ver a real contribuição das finanças para a riqueza social. Por muito tempo as finanças foram consideradas custos que deveriam ser deduzidos dos lucros da atividade produtiva, ou seja, tratava-se de atividade que, ainda que absolutamente necessária para o funcionamento da economia, não era concebida como produtora de novo valor. O predomínio da contabilidade nacional inspirada pelo enfoque neoclássico mudou essa percepção ao atribuir valor a toda e qualquer atividade que tenha preço: nessas circunstâncias, o crescimento da participação das finanças no produto nacional, tal como observado nos últimos trinta anos em países como EUA e Reino Unido, só pode ser interpretado como um indicativo de que as finanças passaram a produzir mais riqueza.

O problema da concepção neoclássica dominante, portanto, é que não nos permite colocar em discussão em que medida o valor apropriado, crescentemente, pelo sistema financeiro é um resultado de sua capacidade de produzir riqueza nova ou se, ao contrário, decorreria de sua capacidade de extrair riqueza (ou *rent*, no sentido de lucros monopolistas) de atividades não-financeiras e do patrimônio das famílias. O conceito de financeirização, ao qual se filia Mazzucato, tem como substrato normativo, justamente, uma resposta crítica a esse problema: a financeirização denotaria uma condição em que as finanças teriam adquirido um caráter mais extrativo do que contributivo à produção de valor. Mazzucato documenta essa hipertrofia do sistema financeiro principalmente nos capítulos 5 e 6, identificando duas facetas do fenômeno que ganhou ímpeto a partir dos anos 1980. A primeira faceta refere-se ao crescimento e transformação da atividade financeira ao longo da segunda metade do século XX: nas sociedades de capitalismo avançado, observou-se desde a década de 1960 uma elevação da participação das finanças na economia. Porém, para além de uma transformação quantitativa, ocorreu também uma transformação qualitativa, visto que as famílias passaram a direcionar mais recursos para veículos não-bancários de poupança, como fundos de pensão e fundos de investimento. Esse direcionamento deu fôlego à indústria financeira de gestão de ativos, inaugurando o que o economista Hyman Minsky denominou "capitalismo de gestão de recursos" (*money-manager capitalism*).

A segunda faceta refere-se à intrusão da lógica financeira nas atividades não-financeiras, à medida que a propriedade acionária dos grupos empresariais se deslocou das mãos de famílias para os investidores institucionais. Esses últimos foram protagonistas de uma revolução na gestão empresarial em direção ao paradigma do *shareholder value*, cujo princípio fundamental consiste em dar primazia aos interesses dos acionistas na administração das empresas.

A difusão do *shareholder value* induziu os dirigentes das empresas a esposarem uma visão de curto prazo focada em distribuir dividendos e sustentar o preço das ações através de recompra das ações circulantes da própria empresa (*share buyback*). Para Mazzucato, a primazia dada ao valor acionário, e o horizonte de curto prazo que prevalece como decorrência, subtrai recursos que poderiam ser destinados a sustentar o desempenho inovativo das empresas no longo prazo, como a pesquisa e desenvolvimento e a qualificação da mão-de-obra. A entrada em cena, nos últimos anos, de investidores mais agressivos, como os fundos de participação, também chamados *private equity*, só exarcebou o problema, pois a expectativa que esses investidores têm de recuperar os seus investimentos com retornos elevados em um prazo de 3 a 5 anos inviabiliza o planejamento de longo prazo necessário para inovar.

A questão da inovação ocupa mais longamente os últimos capítulos do livro (capítulos 7 e 8), permitindo à autora estabelecer pontes com sua obra anterior e sintetizar suas posições sobre o papel do Estado na economia. Mazzucato defende que mesmo no caso daqueles setores mais celebrados por sua capacidade de gerar inovação, como o farmacêutico e o de tecnologia da informação, um escrutínio mais crítico, assentado em uma concepção renovada de valor, permitiria relativizar algumas das virtudes que lhes são atribuídas. A crítica da autora ao virtuosismo dessas empresas privadas assenta-se em dois elementos: de um lado, os conglomerados que comandam certos setores inovadores conseguiram se entricheirar em posições quase monopolistas, o que lhes permite extrair rendas da sociedade quer através de patenteamento de produtos e venda a preços extorsivos, como no caso da indústria farmacêutica, quer através da coleta e venda de dados privados dos consumidores a outras empresas, como no caso de gigantes como Google e Facebook. Ao mesmo tempo, Mazzucato problematiza a ideia de que estas empresas teriam gerado inovações isoladamente: retomando o argumento de seu livro anterior, sintetizado acima, a autora enfatiza que inúmeras formas de suporte do Estado - desonerações fiscais, incentivo à pesquisa, parcerias com universidades públicas, escolas

técnicas para capacitação técnica da mão-de-obra etc - foram imprescindíveis para algumas das tecnologias que transformaram o mundo nas últimas décadas. Do reconhecimento deste fato adviria a necessidade, segundo a autora, de se resgatar o Estado como ator fundamental em uma concepção social e coletiva de inovação, contra o discurso dominante relega o Estado à condição de parasita da riqueza privada.

Em um balanço geral, o livro de Mazzucato tem mais méritos do que fragilidades. É verdade que, em algumas passagens, como na discussão sobre as plataformas digitais como Uber e Airbnb, as afirmações da autora parecem sustentadas mais por evidências anedotais do que por uma análise sistemática de estudos existentes no campo da economia e das demais ciências sociais. O livro também carece de proposições mais detalhadas sobre como se poderia redirecionar a economia para configurações mais propícias a gerar (e distribuir) o valor socialmente produzido, sobretudo em realidades tão distintas como é o caso dos países menos desenvolvidos. Isso seria importante porque, apesar da utilidade de se romper com a falsa dicotomia entre Estado (parasita) e mercado (virtuoso), é preciso também reconhecer que abundam exemplos em que o gasto público, quando mal direcionado ou regressivo, é deletério ao crescimento, à inovação e à distribuição equitativa da renda. Apesar destes pontos, "The value of everything" cumpre o importante papel de fomentar o debate sobre a dimensão social da produção da riqueza (valor), problematizando a naturalização dos conglomerados privados como únicas fontes de dinamismo inovador e abrindo caminho para pensar soluções coletivas para desafios tão sérios como a mudança climática e o recrudescimento das desigualdades. Tendo em vista que a Geografia Econômica tem se voltado crescentemente, nos últimos anos, paratemáticas como inovação e financeirização, sem dúvida o campo tem muito a ganhar ao se engajar no debate proposto por Mazzucato. Espera-se, também, que os geógrafos possam agregar à discussão, refletindo sobre o papel do território na construção do que a autora chamou de uma "economia da esperança".